

Acta da Sessão da Assembleia Geral Ordinária do Yingwe McB, SA

No dia 13 de Abril de 2021, pelas 11 horas nas instalações da Sede da Gapi em Maputo, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia Geral do Yingwe McB, SA, em que estiveram presentes os seguintes accionistas:

- Gapi -SI, representada por Francisco António Souto
- Liana Investimentos, representada por Eduardo Sebastião Mussanhane;
- Gregory Binkert, representado por Eduardo Sebastião Mussanhane,

Esteve ausente o accionista PGB, Investimentos, em razão de o respectivo mandatário se encontrar impossibilitado por motivos de doença.

Para além dos accionistas, a sessão contou ainda com a presença de membros do Conselho de Administração (CA), respectivamente Ana Bouene Mussanhane-Presidente do Conselho de Administração, Anabela Ernesto Mucavele, Administradora. Participaram também na sessão como convidados, Augusto Vinte, Técnico de Contas da Sociedade e Ramos Joaquim, Consultor de Microfinanças.

A sessão foi orientada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eduardo Sebastião Mussanhane que depois de verificar o quórum apresentou a proposta da seguinte agenda de trabalhos:

1. Apreciação e deliberação dos Relatórios de Actividades e Demonstrações Financeiras da sociedade dos anos 2019 e 2020.
2. Outros assuntos de interesse para a sociedade

A agenda proposta foi aprovada, tendo-se passado à discussão das respectivas matérias.

1. Apreciação e deliberação dos Relatórios de Actividades e das Demonstrações Financeiras da sociedade dos anos 2019 e 2020.

O Presidente da Mesa conferiu palavra ao CA para apresentar o relatório de actividades dos anos 2019 e 2020. A PCA apresentou de forma breve as actividades realizadas nos dois anos realçando que, devido às restrições de mobilidade impostas pela pandemia da Covid 19, em 2020 não houve encontro dos accionistas, razão pela qual só em 2021 é que foi apresentado o relatório de actividades de 2019.

Os principais indicadores do ano de 2019 foram os seguintes:

Anos	Carteira de crédito			Proveitos Totais (10 ^{^3} MT)	Custos Operacionais (10 ^{^3} MT)			Nr Trabalhadores	Rácios Prudenciais	
	Nr Opers Crédito desembolsados	Crédito Desembolsado (10 ^{^3} MT)	Saldo Carteira Total (10 ^{^3} MT)		Custos com o Pessoal (10 ^{^3} MT)	Encargos Administrativos	Total Custos Operacionais		Valor F.Próprio (10 ^{^3} MT)	Rácio Solvabilidade
2017	136	4,025	2,817	1,306	2,489	1,771	4,550	12	-12,985	-221.63%
2018	251	9,300	5,960	2,817	2,673	2,186	5,140	10	-4,495	-59.30%
2019	272	12,207	6,292	6,073	3,038	1,775	5,013	10	-4,482	-52.14%

Em resultado das injeções feitas pelo accionista Gapi, tanto para o reforço do fundo para crédito como para as actividades de assistência técnica, os indicadores económico-financeiros apresentaram melhorias significativas. A carteira creditícia cresceu em 31%, melhorando assim a capacidade de resposta aos pedidos de financiamento submetidos pelos clientes. Consequentemente, com o aumento registado no valor da carteira de crédito, os proveitos triplicaram, influenciando positivamente os resultados operacionais da instituição.

O relatório de actividades da YMcb em 2020 mostrou uma situação inversa, em resultado do agravamento da situação pandémica no país. Desta situação resultou a queda dos negócios e actividades da clientela, facto que obrigou a que muitas operações de crédito tivessem de ser reprogramadas. A qualidade da carteira de crédito decresceu, dado o aumento do volume e valor da carteira vencida e em incumprimento. Daqui, a liquidez da instituição foi fortemente afectada. Por falta de fundos a capacidade creditícia da instituição decresceu e registou-se piora nos resultados operacionais, factos que impactaram negativamente nos fundos próprios do microbanco e nos principais rácios prudenciais.

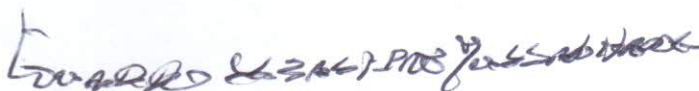
No que concerne às Demonstrações Financeiras de 2019 e 2020, apresentadas pelo contabilista, por não terem sido auditadas, os accionistas acharam por bem não se pronunciarem, adiando desta maneira a sua apreciação para mais tarde, após a conclusão da auditoria externa.

Assim, não havendo lugar à deliberação de nenhum dos documentos apresentados, a Assembleia Geral recomendou ao Conselho de Administração o seguinte:

1. Melhorar o relatório de actividades e contas referentes a 2019 e 2020, destacando as principais actividades realizadas, sua abrangência, resultados e impactos;
2. Criar todas as condições necessárias para que as Demonstrações Financeiras de 2019 e 2020 sejam auditadas nos próximos 6 (seis) meses. A próxima reunião para a apreciação das DFs pode ser feita virtualmente. Para tal, os documentos devem ser apresentados com antecedência.
3. Envidar esforços para a melhoria da qualidade da carteira de crédito e procurar mecanismos inovadores e eficazes de cobranças e instrumentos para a mitigação de riscos de crédito.

4. Melhorar a estratégia de negócios assente na especialização agrícola através da exploração das oportunidades de mercado existentes, nomeadamente a comercialização da castanha de cajú, mandioca e feijões.
5. Enquanto os accionistas estudam e adoptam soluções para a capitalização da sociedade, o Conselho de Administração deverá encetar contactos junto dos *stakeholders* e negociar formas de financiamento com recursos alheios a preços acessíveis e sustentáveis para o microbanco, de modo a alavancar as actividades e negócios do YMcb.

Não havendo mais a tratar, quando eram 13h15m, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Accionistas.



Eduardo Sebastião Mussanhane



Francisco António Souto



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Caros Accionistas,

O Yingwe MicroBanco é um microbanco de tipo Caixa Financeira Rural constituído a 23 de Abril de 2008, com sede social na Vila de Morrumbene tendo sido autorizado a realizar as operações permitidas aos microbancos, publicada no BR número 21, III Série, de 22 de Maio de 2008 (primeira publicação) e BR número 49, III Série, de 8 de Dezembro de 2011 (segunda publicação) devido a entrada de um novo accionista GAPI, estando registada e supervisionada pelo Banco de Moçambique.

Iniciou as actividades a 25 de Abril de 2011 com um capital social de três milhões de meticais, subscrito e integralmente realizado pelos accionistas. A 31 de Dezembro de 2020, o capital social subscrito e realizado é de vinte milhões de meticais.

O Yingwe MicroBanco tem por objecto principal o exercício da actividade bancária no domínio das microfinanças, desenvolvendo fundamentalmente operações activas, exceptuando a captação de depósitos conforme o regulamentado aos microbancos desta tipologia, sendo as operações distribuídas em comércio, consumo e agro-negócio,


A actividade está direccionada as comunidades locais, na sua maioria composta por pequenos agricultores de baixa renda, pequenos comerciantes e funcionários públicos.

No ano 2020, o Yingwe MicroBanco enfrentou desafios por conta da pandemia do CoviD-19, que contribuiu para o decréscimo dos reembolsos dos clientes e consequentemente a redução do desempenho da instituição.

Apesar das diversidades impostas e acreditando na nossa missão, continuamos a prestar serviços financeiros adaptados ao nosso segmento de mercado de forma resiliente garantindo, ao mesmo tempo, a protecção dos colaboradores e clientes contra o CoviD-19 expectativa que melhores dias virão pois a demanda aos nossos serviços continua animadora.

Para a continuidade do negócio, o Conselho de Administração conta com a capitalização dos accionistas para o reforço dos Fundos Próprios e alavancar a capacidade creditícia da Instituição.

O Conselho de Administração agradece aos accionistas e colaboradores pela entrega e empenho, para que o Yingwe MicroBanco continue sendo uma referência a nível da Província de Inhambane.


MoB - microbanco, SA
MORRUMBENE
Ana Mussanhane
(Presidente do Conselho de Administração)



YINGWE MICROBANCO, S.A

Relatório de Gestão referente ao Exercício Económico de 2020

Gerente_yingwe
12/31/2020

Índice

1. Introdução.....	2
2. Disponibilidades em Outras Instituições Financeiras.....	3
3. Crédito a Clientes.....	3
4. Margem Financeira.....	3
5. Imparidades de Crédito e Qualidade dos Activos.....	3
6. Resultados do Exercício.....	4
7. Mercado.....	4
8. Resumo dos Indicadores Financeiros.....	5
9. Análise dos Indicadores Prudenciais.....	5
10. Proposta de Aplicação de Resultados.....	6

A handwritten signature in blue ink, appearing to be the initials "H" followed by a flourish.

1. Introdução

O Yingwe-Mcb é um microbranco da tipologia Caixa Financeira Rural constituída a 25 de Abril de 2008, sedeada na Vila Sede de Morrumbene, Província de Inhamabane que desenvolve fundamentalmente operações activas na forma de crédito, exceptuando a captação de depósitos conforme o regulamentado aos microbancos desta tipologia, sendo as operações distribuídas em: comércio, consumo e agro-negócio.

Conta actualmente com 20.000.018,10Mt de capital social subscrito, que resulta da participação de cinco (5) accionistas representados cada um em 64.55% para Gapi, 30.40% para a Liana Investimentos, Lda, 2.3% para PGB, Lda, 1.13% para Emaunel Mavie e 1.56% para Gregor Binkert.

Em 2020 não houve realização do capital social. Os accionistas Emanuel Mavie, Gregor Hans Binkert, manifestaram através das cartas com ref^a16/03/2017 e 16/03/2018, a vontade de retirada das suas participações da sociedade, sendo que o accionista Gregor Binkert deixou a preferência da sua participação à Liana Investimentos. O accionista PGB investimentos, Ltd, não acompanhou a realização dos 20 milhões de meticais.

O presente relatório de actividades, analisa o desempenho financeiro do Yingwe no período relativo ao exercício económico de 2020, sendo o objectivo reportar informações de suporte ao Conselho de Administração sobre a gestão e de acções a serem implementadas para reforçar e melhorar a situação financeira da instituição.

2. Disponibilidades em Outras Instituições Financeiras

Até 31 de Dezembro de 2020, o YMcB contava em outras instituições de crédito com um saldo de cerca de 1.3 milhões de meticais contra cerca de 900 mil meticais do igual período de 2019, o que corresponde a um incremento na ordem de 44%. Estas disponibilidades resultam de repagamentos e de comissões de crédito concedido no período em referência.

3. Crédito a Clientes

A carteira bruta do YMcB a 31 Dezembro de 2020, esteve na ordem de 6.679.108,00Mt equivalente a 253 operações de crédito distribuída em comércio (61.65%), consumo (19.85%) e agro-negócio (18.5%). Comparativamente ao igual período do ano anterior, houve uma redução de cerca de 7.9% no volume de carteira em resultado das restrições registadas no âmbito da eclosão da covid-19 e das medidas para a contenção da sua propagação.

Foram atendidos no período, 211 pedidos de crédito, dos quais 176 pedidos desembolsados no valor de 6.907.800,00Mt, o equivalente a uma redução em 2020 na ordem de 75.26 c. O remanescente de pedidos não desembolsados, corresponde a desistências, rejeições, falta de capacidade de endividamento, e irregularidades diversas na CRC.

Quanto aos reembolsos, cobrou-se no período cerca de 11.9 milhões de meticais de volume, deste montante 10.28% corresponde a cobranças pelo M-pesa. Em contrapartida, em 2019 o banco alcançou cerca de 16.8 milhões de cobranças, o que equivale a uma redução em 2020 em mais de 4.8 milhões de meticais, correspondentes a 41%.

4. Margem Financeira

No período em análise, o banco registou uma margem financeira na ordem de 4.47 milhões de meticais resultante de juros e comissões do crédito concedido no período em referência, contra cerca de 5.66 milhões de meticais em 2019, o que representa uma diminuição de 20.9% em 2020 comparativamente ao igual período do ano anterior. Esta redução é consequência do baixo volume de crédito concedido no período em resultado dos efeitos da covid-19.

Em contrapartida, o produto bancário esteve na ordem de 4.6 milhões de meticais, uma redução em cerca de 1.2 milhões de meticais comparativamente ao ano de 2019.

5 Imparidades de Crédito e Qualidade dos Activos

As imparidades de outros activos financeiros liquidados de reversão e recuperação do período, registaram no período um agravamento acentuado ao atingir mais de 100% do valor comparativamente ao ano de 2019. Por outro lado, o crédito vencido também registou um aumento de cerca de 100%, se comparado com o igual período do ano anterior.

A deterioração da qualidade do crédito, teve o seu pico com a fuga de clientes por alto nível de endividamento na concorrência e nos grupos de chitiques, assim como a falência de actividades registado com particular destaque no ano de 2019, tendo-se agravado com a eclosão da pandemia da covid-19 em 2020, sendo que no sector do comércio geral, foi mais notório devido a sua vulnerabilidade e a sua posição na estrutura de negócio do banco.

Outro inconveniente na qualidade da carteira, é o incumprimento das Seguradoras, em particular a Austral Seguros no âmbito do acordo com YMcB, para a protecção da carteira de crédito em situações de sinistros, por invalidez ou morte.

Por outro lado, a falta de responsabilização pelas instituições competentes, o que dificulta as acções de cobrança de créditos em mora nessas circunstâncias. E, sobre esta situação o banco tem cerca de 120.000,00Mt (cento e vinte mil meticais) de volume de carteira em mora, em conflitos com a seguradora por falta de pagamento devido desde 10 de Março de 2020. Já foram interpostos recursos junto a instituições de regulação do seguro para a responsabilização da Seguradora, mas que, até ao momento não existe uma solução.

Para melhorar e reduzir os efeitos do crédito mal parado estão em curso acções de recuperação que passam necessariamente pelo acompanhamento dos clientes, acordos de pagamentos extra-contrauais. No entanto, verifica-se alguma inoperância por falta de colaboração e cumprimento dos clientes em alguns casos, devido a incerteza imposta pelo contexto no mercado, o que de certa forma influencia na implementação de acções concretas.

6. Resultados do Exercício

O resultado líquido do exercício 2020 é negativo no valor de 1.2 milhões de meticais, o que representa uma regressão considerando a tendência positiva dos resultados do igual período de 2019.

Determinaram para esta situação, factores diversos como a desaceleração da economia registada no período, na sequência da propagação da covid-19, agravada pela falta de recursos que a instituição tem vindo a enfrentar.

Consequentemente, o desempenho do ano de 2020 foi atípico considerando os resultados alcançados e a tendência de 2019 e 2018 respectivamente, sendo a destacar a redução em 50% de vendas e 29% de reembolsos; reduziu igualmente a cota do banco em alguns potenciais mercados a destacar: Zavala para 2.7% da carteira contra 15.5% em 2019, Mabote para 1.6% contra 11.5% em 2019, assim como a redução do volume da carteira para 7.9%.

A corrosão dos fundos próprios, a redução dos indicadores prudenciais e a consequente redução da margem financeira registado face ao produto bancário, coloca à instituição desafios a curto prazo, pelo que a implementação de medidas de reversão da situação, é necessária e urgente.

7. Mercado

O Yingwe continua uma instituição potencialmente atractiva na oferta dos produtos e taxas face à concorrência, porém com o advento da pandemia da covid-19, a dinâmica do mercado ficou afectada.

Os clientes registaram prejuizos face às dificuldades enfrentadas no contexto para manter o nível do negócio e deste modo cumprir com suas obrigações devido a redução ao nível de vendas. A vulnerabilidade a que está exposto o sector de baixa renda, que representa a maior base de negócio do yingwe, foi determinante para o efeito, o que ditou o encerramento de muitas actividades por insustentabilidade.

Neste contexto, a capacidade de resposta do Banco baixou na sequência da redução média mensal dos reembolsos como consequência do agravamento do índice do crédito vencido em mais de 100%, tendo reduzido igualmente os desembolsos em cerca de 50% comparativamente a tendência em 2019 e 2018. Foram também determinantes na redução da capacidade de resposta, as alterações na previsões de reembolso de crédito inicialmente acordadas nas contratações na sequência das reestruturações e alargamento de prazos de crédito a que o Banco teve de adoptar para adequar às capacidades de pagamento dos mutuários.

8. Resumo dos Indicadores Financeiros

Tabela1:

Categorias	Período		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	1,369,242.00	910,765.00	803,695.00
Créditos a Clientes	6,649,108.00	7,224,905.00	6,308,059.00
<i>Numero de clientes</i>	253	256	247
Margem Financeira	4,474,140.00	5,661,569.00	2,473,677.00
Produto Bancário	4,640,025.00	5,900,460.00	2,577,130.00
Imparidades Acumuladas	2,164,698.00	932,668.00	348,078.00
Crédito Vencido	2,652,346.00	1,249,917.00	358,162.00
Resultados	(1,240,848.00)	303,224.00	(2,742,302.00)
Passivo	7,712,934.00	7,788,934.00	7,788,934.00

9. Análise dos Indicadores Prudencias

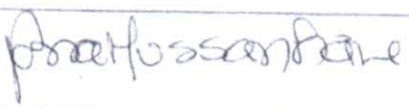

Tabela: 2

ÍNDICES	31/12/2020	31/12/2019	Limite
Capital Subscrito e Realizado até a data em milhares	20,000	14,161	
RESULTADO LÍQUIDO	(1.240.80)	303.20	
ACTIVOS CORRENTES	8,018.30	8,135.60	
CAPITAL PRÓPRIO	305.40	346.70	
1-RÁCIO DE FUNDOS PROPRIOS			
1.1 - Na óptica Prudencial (Valores em milhares Mts)	(4,482.38)	1,293.05	
2-RÁCIO DE SOLVABILIDADE			
2.1 - Na óptica Prudencial (%)	-52.14%	15.01%	8.00%
3-RÁCIO DE COBERTURA DE RESPONSABILIDADES			
3.1 - Na óptica Prudencial (Valores em milhares Mts)	(919.97)	(1,126.53)	
4-RÁCIO DE LIMITE AS IMOBILIZAÇÕES			
	-202.25%	55.75%	
5-RÁCIO DE LIQUIDEZ			
5.1 - Na óptica Prudencial (%)	11.56%	17.55%	25.00%

10. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando o desempenho e em particular a necessidade de resposta a falta de recursos que a instituição enfrenta, recomenda-se:

- Acordo revogatório para renegociação contratual com o pessoal auxiliar (seguranças e servente) em vista a redução de custos;
- A injeção de capital pelos accionistas para recapitalizar a sustentabilidade da instituição;
- Reforçar as acções de recuperação por forma a assegurar os altos padrões de qualidade da carteira;
- Mobilização de recursos em outras instituições de crédito (FARE).

Presidente do Conselho de Administração	Director Executivo
Ana Salvador Bouene Mussanhane	Hélder José Adolfo Cumbe
	



Demonstrações Financeiras

YINGWE MICROBANCO, S.A.

31 de Dezembro de 2020



YINGWE MICROBANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em Meticais)

INDICE

PÁGINAS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2 - 5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	6
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	7
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	8
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9 - 26



INGWE MICROBANCO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em Meticals)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das Demonstrações Financeiras do YINGWE MICROBANCO, S.A., que compreendem a Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2020, a Demonstração de Resultados, Alterações do Capital Próprio do ano findo naquela data, e assim com as Notas às Demonstrações Financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis em Moçambique para o sector bancário e de acordo com a legislação comercial vigente.

Adicionalmente, os Administradores são responsáveis por implementar e manter um sistema de controlo interno relevante para que a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras sejam livres de distorções materiais, devido a fraudes ou erros, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto de continuidade, e não tem motivos para duvidar da capacidade da Entidade poder continuar a operar segundo o pressuposto de continuidade no futuro próximo.

O Auditor é responsável por reportar sobre se as Demonstrações Financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis em Moçambique e demais normas para o Sector Bancário, bem como, de acordo com a legislação comercial vigente.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa em 20 de Janeiro de 2021 e vão assinada em seu nome por:

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas do **YINGWE MICROBANCO, SA** relativas à 31 de Dezembro de 2020, que compreendem a Posição Financeira (que evidencia um activo total de **8.352.997** Meticais e Capital Próprio no montante de **517.076** Meticais, incluindo um prejuízo de **1.204.848** Meticais), a Demonstração de Resultados, relativa ao período findo naquela data a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e **Notas às Demonstrações Financeiras**. Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a Posição Financeira do **YINGWE MICROBANCO, SA**, em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro no período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). As nossas responsabilidades nos termos destas normas estão descritas na secção *Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com o *Código de Ética para os Contabilistas Profissionais (Código IESBA)* e com base nos demais requisitos éticos nos termos do código de ética da OCAM. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa opinião.

Ênfase

Sem afectar a opinião acima expressa, chamamos a vossa atenção para o facto da Situação Líquida da instituição estar abaixo de 50% do seu capital social tendo como base o Artigo 119 do Código Comercial.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade da Administração. A outra informação não inclui as Demonstrações Financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas. A nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer outra forma de garantia sobre a mesma.

Em conexão à nossa auditoria das Demonstrações Financeiras, a nossa responsabilidade é de ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou nosso conhecimento obtido na auditoria, ou se de outra forma parecer conter distorções materiais.

Se, com base no trabalho que realizamos em outra informação obtida antes da data do presente relatório do auditor, concluímos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração sobre as Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração do **YINGWE MICROBANCO, SA**, é responsável pela preparação e apresentação apropriada das Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções devido a erro ou fraude.

Quando prepara Demonstrações Financeiras o Conselho de Administração, é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração, tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA's detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA's, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do **YINGWE MICROBANCO, SA**.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do **YINGWE MICROBANCO, SA** para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades; Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Maputo, 17 de Dezembro de 2021



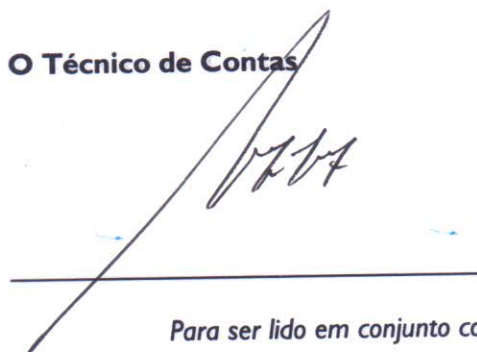
CAT CONSULTORES, LDA

I4/SCA/OCAM/2015

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Descrição	Nota	2020	2019
Juros e rendimentos similares	5	4.488.414	5.712.352
Juros e encargos similares	6	(14.275)	(50.783)
Margem financeira		4.474.140	5.661.569
Rendimentos de instrumentos de capital		173.634	360.949
Rendimentos com serviços e comissões		(28.527)	(42.026)
Encargos com serviços e comissões		(20.778)	(80.032)
Outros resultados de exploração	7		
Produto bancário		4.640.025	5.900.460
Custos com pessoal		(3.133.528)	(3.038.157)
Gastos gerais administrativos	8	(1.332.522)	(1.774.520)
Amortizações do exercício		(189.543)	(199.969)
Provisões líquidas de reposições e anulações		42.750	
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	9	(1.232.030)	(584.590)
Resultados antes de impostos		(1.204.848)	303.224
Impostos			
Correntes			
Diferidos			
Resultados após impostos		(1.204.848)	303.224

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração

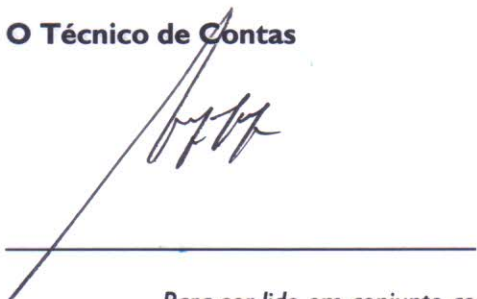


Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Descrição	Nota	2020	2019
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10	1.369.242	910.765
Crédito a clientes	11	4.479.410	6.292.237
Activos tangíveis	12	2.071.895	2.205.003
Activos intangíveis	13	72.903	80.572
Activos por impostos correntes		270.000	240.000
Outros activos		89.548	80.048
Total de activos		8.352.997	9.808.625
Passivo			
Recursos de clientes e outros empréstimos	14	7.712.934	7.788.934
Outros passivos	15	122.988	297.767
Total de Passivo		7.835.922	8.086.701
Capital			
Capital social	16	20.000.018	20.000.018
Outras reservas e resultados transitados		(18.278.094)	(18.581.318)
Resultado do exercício		(1.204.848)	303.224
Total de Capital		517.076	1.721.924
Total de Passivo + Capital		8.352.997	9.808.625

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração



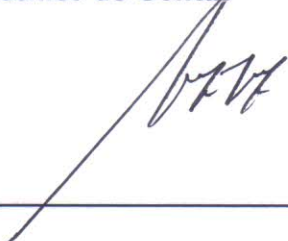
Yingwe
McB - microbanco, sa.
MORUMBENE

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

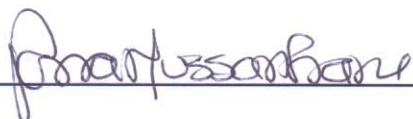
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Descrição	Capital social	Resultados Transitados	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2019	20.000.018	(18.581.318)	1.418.700
Aumento de capital			-
Constituição de reservas			-
Resultado Líquido do Exercício		303.224	303.224
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	20.000.018	(18.278.094)	1.721.924
Saldo em 01 de Janeiro de 2020	20.000.018	(18.581.318)	1.418.700
Aumento de capital			-
Constituição de reservas			-
Resultado Líquido do Exercício		(1.204.848)	(1.204.848)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	20.000.018	(19.482.942)	517.076

O Técnico de Contas



O Conselho de Administração



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2020

1.	Introdução	10
2.	Princípios contabilísticos	10
3.	Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas	18
4.	Alterações nas políticas contabilísticas	19
5.	Juros e rendimentos similares	19
6.	Juros e encargos similares	19
7.	Outros resultados de exploração	20
8.	Gastos Gerais Administrativos	20
9.	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	21
10.	Disponibilidades em outras instituições de crédito	21
11.	Crédito à clientes	21
12.	Activos tangíveis	22
13.	Activos intangíveis	22
14.	Recursos de clientes e outros empréstimos	22
15.	Outros passivos	23
16.	Capital	23
17.	Contingências e compromissos	23
18.	Gestão de riscos financeiros	24
19.	Continuidade	25
20.	Eventos subsequentes	25

1. Introdução

O YINGWE MICROBANCO, S.A. é uma sociedade anónima que opera no sector financeiro, com sede em Inhambane – Morrumbene. A entidade é uma instituição de Microfinanças que presta serviços de concessão de crédito de curto, médio ou longo prazo, a pequenas e médias empresas ou pessoas singulares.

1.1. Bases de preparação e declaração de cumprimento

Em cumprimento ao disposto no aviso 4/GGBM/2007 de 2 de maio de 2007 e nas disposições complementares, as demonstrações financeiras da entidade são preparadas de acordo com as IFRS e de acordos com as normas emanadas pelo Banco de Moçambique.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, exceto nas situações abaixo identificadas, por força da aplicação das normas, e com base no princípio de continuidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS exige a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos de aplicação de políticas contabilísticas, estando as principais estimativas e incertezas associadas a aplicação das políticas contabilísticas descritas na nota 3.

As demonstrações financeiras anexas estão expressas em Meticais e são idênticas as que foram preparadas pela entidade a partir dos seus registos contabilísticos e que serão submetidas a aprovação dos acionistas.

2. Princípios contabilísticos

2.1. Operações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em meticais que constitui moeda funcional e de apresentação utilizada pela entidade nas suas operações e demonstrações financeiras.

As operações em moeda estrangeiras são inicialmente convertidas para moedas funcional à taxa de cambio em vigor à data de transação, à data da Posição Financeira os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais a taxa média divulgada pelo Banco de Moçambique, sendo as diferenças cambiais não realizadas reconhecidas nas demonstrações de resultados no período a que dizem respeito.

Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio em vigor a taxa à data em que a transação ocorreu. Os activos não monetários em moeda estrangeira valorizados pelo justo valor são convertidos a taxa de câmbio em vigor na data de determinação do Justo valor.

2.2. Caixa e equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados da demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores apresentados na Posição Financeira em caixa e depósitos em instituições de crédito.

2.3. Activos e passivos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características.

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na Posição Financeira da entidade na data de contratação pelo respetivo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, excepto perdas e passivos ao justo através dos resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante no qual um ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais do mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente ao preço da transação.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação o caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transações de forma regular.

A entidade avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham impacto sobre os fluxos futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade que incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em

dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação do capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

i) Activos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que corresponde essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como sendo activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados na Posição Financeira pelo justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício.

ii) Investimentos detidos até a maturidade

Nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo de risco reduzido que a entidade tem a intenção e capacidade de deter até a data de seu vencimento.

Estes activos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, tomando em consideração qualquer desconto ou prémio de aquisição e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método de taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, o qual permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período da operação financeira. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

A entidade avalia, individualmente, se existe evidência de imparidade para os ativos financeiros detidos até a maturidade. Caso exista evidência objetiva de que foi incorrida uma perda por

imparidade, o montante da perda é determinado pela diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros dos activos. A quantia escriturada do activo é reduzida e a perda é reconhecida na demonstração dos resultados.

Se, em períodos subsequentes, o montante da perda por imparidade reduzir em virtude de um evento após o reconhecimento da perda, quaisquer montantes anteriormente registados devem ser ajustados.

iii) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, e maturidade fixa, não cotado em mercados activos.

No reconhecimento inicial os empréstimos e contas a receber são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes activos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeito a testes de imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 estabelece requisitos a reconhecer e mensurar activos financeiros, passivos financeiros e alguns contractos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui a IAS 39 instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração. Os requisitos da IFRS 9 representam uma alteração significativa da IAS 39. A nova norma apresenta alterações fundamentais na contabilização de activos financeiros e em certos aspectos alterações fundamentais da contabilização de passivos financeiros.

Classificação

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para activos financeiros: (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) justo valor através de lucros ou prejuízos. A classificação de activos financeiros de acordo com a IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios na qual o activo financeiro é gerido e suas características de fluxos de caixa contratuais. Esta norma elimina as categorias anteriores da IAS 39 as categorias de detidos até a maturidade, empréstimos e contas a receber e disponíveis para a venda. De acordo com a IFRS 9, os derivados incorporados nos

contractos nos quais o “host” é um activo financeiro no âmbito da norma nunca são separados. Invés disso, os instrumentos financeiros híbridos como um todo são avaliados para fins de classificação.

A IFRS 9 retém em grande parte os requisitos existentes na IAS 39, para a classificação dos passivos financeiros.

No entanto embora de acordo com a IAS 39, todas as alterações no justo valor dos passivos designados na opção de justo valor foram reconhecidas nos lucros ou prejuízos. De acordo com a IFRS 9, as variações no justo valor são geralmente apresentadas da seguinte forma:

O valor da alteração do justo valor que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentado em outro rendimento integral; e

O valor remanescente da variação do justo valor é apresentado nos lucros ou prejuízos.

Imparidade de activos financeiros

A IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” na IAS 39, por um modelo de “perda esperada de crédito”. O novo modelo de imparidade também se aplica a determinados compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira, mas não a investimentos de capital.

De acordo com a IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo relativamente a IAS.

2.4. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzindo as amortizações e as perdas por imparidades acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que eles resultarão benefícios económicos para a entidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Activos tangíveis	Vida útil esperada (em anos)	Método de contabilização
Equipamento de transporte	4-5	Quotas constantes
Mobiliário social e administrativo	6	Quotas constantes
Equipamento básico	4-6	Quotas constantes
Ferramentas e utensílios	4	Quotas constantes

A entidade efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis, as alterações da vida útil esperada dos ativos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

As despesas em edifícios alheios são depreciadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou o contrato de arrendamento.

Um item dos activos tangíveis deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo (calculado como diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período do seu desreconhecimento.

2.5. Activos intangíveis

Os activos intangíveis da entidade no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

2.6. Provisões

A entidade constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou constutiva) resultante de eventos passados reactivamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade a data de balanço.

2.7. Reconhecimento dos rendimentos e gastos

O rédito é reconhecido desde que seja provável que irão fluir benefícios económicos para a entidade e desde que o rendimento possa ser mensurado com fiabilidade. O reconhecimento de rendimentos obedece, ainda, os seguintes critérios:

Juros, rendimentos e gastos equiparados

Para todos os instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado e juros relacionados com instrumentos financeiros classificados como disponíveis para a venda, os gastos e rendimentos de

juros são registados a taxa de juro efectiva a qual apresenta a taxa que desconta os futuros pagamentos estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou período mais curto, se apropriado, para a quantia escriturada do activo, ou passivo financeiro. O cálculo toma consideração todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros e inclui comissões ou custos adicionais directamente relacionados com o instrumento e que se consideram uma parte integrante da taxa de juro efectiva, não considerando perdas futuras.

Uma vez que o activo financeiro ou grupo de activos financeiros tenha sido reduzido como resultado de uma perda por imparidade, o rendimento do juro é daí em diante reconhecido usando a taxa de juro usada para descontar os fluxos de caixa futuros para efeitos de quantificação de perda de imparidade.

Rendimentos de taxas e comissões

A entidade obtém taxas e comissões de serviços prestados aos seus clientes. Tais rendimentos podem ser divididos nas seguintes categorias:

Receitas obtidas por serviços prestados durante um determinado período de tempo

Os rendimentos obtidos por serviços prestados durante um determinado período de tempo, onde se incluem as comissões, são especializados e reconhecidos no período correspondente.

Receitas obtidas por serviços de intermediação

As comissões resultantes da negociação ou participação na negociação de uma transação com um terceiro são reconhecidas aquando da finalização da transação.

2.8. Imposto sobre o rendimento

O total dos gastos de impostos registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos deferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente, activo e passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar as autoridades fiscais. A taxa legal do imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor a data da Posição Financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o que difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos a matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto indeferido

Os impostos indeferidos activos ou passivos correspondem ao valor de imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um activo passivo na Posição Financeira e a sua tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos de activos.

Os impostos diferidos de activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (corrente ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transações que os originam tenham sido reflectidas noutras rubricas de fundos próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de fundos próprios, não afectando o resultado do exercício.

2.9. Benefícios dos empregados

As contribuições definidas para o Sistema de Segurança Social são geralmente financiadas pelos empregados (em 3% do salário bruto) e pela empresa (em 4% do salário bruto). A empresa não tem obrigações adicionais sempre que as contribuições tenham sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesas com benefícios dos empregados quando são devidos.

2.10. Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a responsabilidade de uma saída de fundos afectando

benefícios económicos futuros seja remota. Um activo contingente é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.1.1. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Posição Financeira (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Posição Financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As Principais estimativas contabilísticas utilizadas pela entidade são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

A entidade reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar o futuro, resultado em alterações dos montantes constituídos para fazer face as perdas efectivas.

Adicionalmente a análise de imparidade individual, a entidade efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face a situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A entidade considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são geralmente determinados pela entidade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da entidade sobre o enquadramento das suas operações, a qual é suscetível de poder vir a ser questionada pelas autoridades fiscais.

4. Alterações nas políticas contabilísticas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, não ocorreu qualquer alteração de políticas contabilísticas que produzam efeitos na comparabilidade desse exercício.

5. Juros e rendimentos similares

Os juros e rendimentos similares apresenta-se como segue:

Descrição	2020	2019
Juros de D/O noutras instituições de crédito	-	-
Juros de empréstimos concedidos	4.189.850	5.540.202
Juros de créditos vencidos e juros de mora	298.565	172.150
Total	4.488.414	5.712.352

6. Juros e encargos similares

Os juros e encargos similares apresentam-se como segue:

Descrição	2020	2019
Juros de emprestimo FNB	-	-
Juros de emprestimo Gapi	(14.275)	(38.964)
Juros pagos ao FARE	-	(11.820)
Total	(14.275)	(50.784)

7. Outros resultados de exploração

Os Outros resultados de exploração apresentam-se como segue:

Descrição	2020	2019
Donativos a Instituições Publicas e Privadas	(900)	(17.613)
Multas e outras penalidades legais	(30.261)	(92.076)
Regularizacao Exercicios Anteriores	(60.583)	(17.833)
Perdas em activos tangiveis e intangiveis	-	-
Ganhos e Recuperação de Creditos de clientes	3.000	4.800
Ganhos Realizaveis	8.720	5.700
Reembolso de despesas	102.000	38.000
Outros impostos	(1.198)	(1.010)
Sub Total	20.778	(80.032)

8. Gastos Gerais Administrativos

Os gastos gerais administrativos apresentam-se conforme segue:

Descrição	2020	2019
Água, energia e combustíveis	(425.187)	(451.331)
Impressos e material de consumo corrente	(81.105)	(117.641)
Material para assistência e reparação	(28.358)	(16.274)
Material de Higiene e Limpeza	(28.645)	(28.741)
Fardamento e Calçado	(1.400)	(8.792)
Ferramentas e Utensílios	-	(3.700)
Rendas e Aluguer de Casa	-	(151.050)
Comunicações e despesas de expedição	(184.725)	(104.559)
Transporte e Portagens	(4.730)	(21.160)
Ajudas de custo	(2.500)	-
Alojamento	(62.500)	(37.300)
Despesas de representação	(98.318)	(96.504)
Manutenção e Reparação Imóveis	(39.625)	(17.835)
Manutenção e Reparação Equipamentos	(59.190)	(70.604)
Seguro de Instalações	-	(7.801)
Outros tipos de Seguro	(24.191)	(16.913)
Avenças e honorários	(271.418)	(615.317)
Serviços de contencioso e notariado	(20.630)	(8.998)
Total	(1.332.522)	(1.774.520)

9. Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações

A imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações apresentam-se como segue:

Descrição	2020	2019
Perdas de Imparidades de Crédito a Clientes	(30.595)	(35.547)
Perdas de Juros com Imparidades	(1.982.603)	(937.798)
Reversão e Recuperação de Perdas com Imparidades	781.169	388.755)
Total	(1.232.030)	(584.590)

10. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2020	2019
Depósito à ordem		
Moeda nacional		
FNB	350.764	92.873
Standard Bank	3.717	3.717
BCI	1.014.762	814.175
Total	1.369.242	910.765

11. Crédito à clientes

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	2020	2019
Crédito ao consumo	840.686	906.000
Crédito ao comércio	1.751.636	3.872.627
Crédito a Agro Investe	146.111	149.444
Crédito a Agro Investe 2	703.042	794.004
Grupo Solidário CCP2	-	-
Capital vencido	2.652.346	1.249.917
Juros vencidos por regularizar	548.835	250.301
Juros de mora	1.453	2.612
Imparidades acumuladas	(2.164.698)	(932.668)
Total	4.479.410	6.292.237

12. Activos tangíveis

Descrição	2020	2019
Outros activos tangíveis	3.583.792	3.583.792
Sub Total	3.583.792	3.583.792

Amortizações acumuladas (Activos Tangíveis)

Outros activos tangíveis	1.511.897	1.378.789
Sub Total	1.511.897	1.378.789
Total	2.071.895	2.205.003

13. Activos intangíveis

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2020	2019
Outros activos intangíveis		
Sub Total	378.595	329.829
	378.595	329.829

Amortizações acumuladas (Activos intangíveis)

Outros activos intangíveis		
Sub Total	305.692	249.257
Total	72.903	80.572

14. Recursos de clientes e outros empréstimos

A rubrica apresenta-se como segue:

Descrição	2020	2019
GAPI (i)	7.712.934	7.788.934
Total	7.712.934	7.788.934

(i) O saldo desta rubrica é referente a dois empréstimos dos quais:

- O primeiro com data de início à 21 de Novembro de 2016 e valor 500.000 Meticais, que destina-se ao refinanciamento de agro-negócios, possui taxa de juro anual de 12%, podendo ser alterada durante a vigência do contrato em conformidade com a evolução das taxas de juros do mercado financeiro, os montantes em divida serão reembolsados em 24 prestações, com periodicidade de 30 dias.

- O segundo, com data de início à 29 de Outubro de 2015 e valor de 3.000.000 possuindo um deferimento de 3 meses, este empréstimo se destina ao refinanciamento da cadeia de valor agrícola. Este empréstimo vence juros a taxa anual de 10%, podendo ser alterada durante a vigência do contrato em conformidade com a evolução das taxas de juro do mercado financeiro, os montantes em dívida serão reembolsados em 60 prestações, com a periodicidade de 30 dias

15. Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta-se conforme a tabela abaixo:

Descrição	2020	2019
Rendimento de Trabalho dependente	27.302	27.302
Rendimento de Trabalho independente	140	-
INSS	13.874	23.160
Credores Clientes por Identificar	10.406	23.032
Credores Clientes	51.702	
Outros Credores Diversos	16.783	215.312
Sobrepagto/Overpayment	2.782	8.961
Total	122.988	297.767

16. Capital

O Capital social apresenta a seguinte decomposição

Descrição	2020	2019
GAPI, SA	12.910.812	12.910.812
Liana Investimentos	6.079.006	6.079.006
PGB Investimentos	472.500	472.500
Gregoy Binkert	225.000	225.000
Emanuel Mavie	312.700	312.700
Total	20.000.018	20.000.018

17. Contingências e compromissos

A data da Posição Financeira a entidade não possuía nenhuma contingência e passivo.

18. Gestão de riscos financeiros

A entidade encontra-se exposta essencialmente ao (i) risco de mercado, (ii) risco de liquidez e (iii) risco de crédito. O principal objetivo da Administração ao nível da gestão de risco é o de reduzir estes riscos a um nível considerado aceitável para o desenvolvimento das actividades da entidade. As linhas orientadoras da política de gestão de risco são definidas pelo Conselho de Administração da entidade, o qual determina quais são os riscos aceitáveis.

Risco do mercado

São de particular importância na gestão do risco de mercado o risco de taxa de juro e o risco de taxa de câmbio.

a) Risco de taxa de juro

A exposição da entidade à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de curto prazo que são constituídos na sua maioria por “*overdrafts*”. O objectivo da entidade é limitar a volatilidade dos fluxos de caixa e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação das reservas em moeda estrangeira em banco.

b) Risco de taxa de câmbio

A entidade está exposta ao risco de taxa de câmbio nas transacções relativas a vendas e prestações de serviços em USDs, sempre que o Conselho de Administração considere necessário, para reduzir a volatilidade dos seus resultados à volatilidade das taxas de câmbio, a exposição é controlada pela concentração de disponibilidade de USDs.

c) Risco de Liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a entidade tenha disponível, a todo momento os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos através de uma adequada gestão de maturidade dos financiamentos.

A entidade prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto

prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

d) Risco de crédito

A entidade está exposta ao risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e quantitativa, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela companhia que sendo nulas, estando, portanto, ao seu justo valor.

19. Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas presumido que a entidade está em continuidade e manterá as suas actividades no futuro previsível.

20. Eventos subsequentes

Após a data da Posição Financeira e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis para a entidade que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgações das mesmas.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
(2020)**

De acordo com as competências que lhe estão atribuídas e previstas nos Estatutos do Yingwe -microbanco, no Código Comercial e pelas demais legislação aplicável, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer de princípio relativo aos documentos de prestação de contas do ano de 2020 – designadamente, Demonstração dos Resultados por Natureza, Balanço, anexo às demais demonstrações financeiras, e Relatório de Gestão (nos termos do estabelecido na decorrentes dos respectivos Estatutos) – bem como relativo aos actos administrativos e financeiros da direcção, que lhe compete fiscalizar.

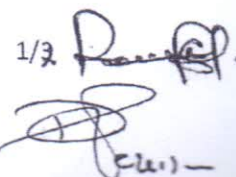
Sobre o Relatório de Gestão e as Contas de 2020, o Conselho Fiscal assinala um decréscimo considerável da carteira de negócios e dos resultados líquidos do microbanco e, conseqüentemente a corrosão dos seus Fundos Próprios, devido designadamente a deterioração da carteira de crédito por conta do mau desempenho dos mutuários cuja maioria viram os seus negócios assolados pela pandemia da Covid-19.

Apesar do contexto pandémico, o esforço foi meritório e as contas refletem actualmente, de uma forma mais apropriada, a situação financeira derivada do relacionamento com os mutuários e parceiros. Não obstante, pese embora o empenho da Direcção que se refletiu no aumento de número de operações de crédito e busca de novos negócios por meio da participação em concursos públicos para gestão de fundos, a taxa de sucesso foi quase inexistente. O Conselho Fiscal entende que tal é reconhecido pelos dirigentes do Yingwe – Microbanco que, por isso mesmo, deve continuar no sentido de procurar diversificar as fontes de financiamento do Microbanco, designadamente reforçando os fundos não consignados, que lhes permitirão mais liberdade para concretização de outros projectos e iniciativas incluídas na sua estratégia de actuação.

Por outro lado, observou-se que a organização, em geral, dos documentos de suporte contabilístico não favorece a verificabilidade das transações efectuadas pela Yingwe - Microbanco, com possíveis impactos nos resultados e eventuais conseqüências fiscais.

No que concerne aos actos administrativos e financeiros da direcção do Microbanco, a fiscalização da actividade de 2020 merece ao Conselho Fiscal as seguintes observações:

1. A Direcção do Yingwe – Microbanco deverá garantir a pronta publicitação dos estatutos actualmente em vigor, bem como de qualquer alteração estatutária aprovada em Assembleia Geral, conforme exigido na legislação aplicável.
2. O pedido de isenção de INSS conforme dispositivo ministerial promulgado em 2020 no âmbito do alívio das empresas à pressão decorrente da pandemia de Covid-19, à data de prestação de contas, não se encontrava efectuado. As implicações financeiras desta falta podem vir a ser consideráveis para o Yingwe - Microbanco.

1/3 
C. U. -

3. As permissões e perfis de acesso às contas bancárias têm de ser mantidos sempre actualizados, em conformidade com os termos estatutariamente definidos e em nome dos titulares dos órgãos sociais eleitos e em funções.

Em resumo, considerando que:

1. Pese embora as situações acima salientadas, o Relatório de Gestão e as Contas de 2020 foram elaboradas de forma consistente, e de acordo com o normativo contabilístico aplicável, designadamente as Normas Internacionais de Relato Financeiro para as Instituições do Sector Financeiro;
2. O Relatório de Gestão e as Contas, estas consubstanciadas nas diferentes demonstrações financeiras apreciadas, estão devidamente estruturados e, salvo o apresentado acima, não apresentam outras situações que distorcem a imagem apropriada do desempenho e da situação económica e financeira do Yingwe - Microbanco; e que
3. Exceto as situações ressalvadas acima, não se encontraram evidências de que a gestão económico-financeira do Microbanco não tenha sido devidamente assegurada, no estrito cumprimento das disposições legais aplicáveis;

O Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

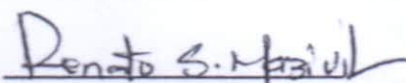
- Que sejam condicionalmente aprovados os Relatório de Gestão e as Contas propostos pela Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 2020, sendo a aprovação definitiva após a auditoria externa.

Morrumbene, 16 de Março de 2021



Dorcas Pereira

(Presidente do Conselho Fiscal)



Renato Salvador Mazivila

(Vocal)